

A encenação da imortalidade

A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924).

Alessandra El Far, Rio de Janeiro, FGV, 2000.

Maurício Silva*

Escrito originalmente como dissertação de mestrado, acaba de ser publicado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas um interessante livro para quem se interessa pela literatura brasileira da passagem do século, sobretudo aquela produção mais institucionalizada, que leva a chancela da Academia Brasileira de Letras (*A Encenação da Imortalidade: Uma Análise da Academia Brasileira de Letras nos Primeiros Anos da República (1897-1924)*). Rio de Janeiro, FGV: 2000).

Tratando, portanto, das relações – nem sempre impessoais – estabelecidas entre autores e instituição acadêmica, a autora começa lembrando que, na passagem do século, os escritores ambicionavam o reconhecimento da profis-

são literária, motivo pelo qual pensavam na fundação de uma academia, já que os estabelecimentos científicos e culturais eram vistos como um local privilegiado de produção intelectual; assim, a inauguração de uma academia poderia proporcionar aos seus membros uma posição de destaque no interior da elite da época.

O objetivo do livro, nesse sentido, é analisar a Academia Brasileira de Letras a partir da apropriação de alguns aspectos presentes na Academia Francesa e sua adaptação à nossa realidade, ressaltando diferenças e similitudes. Por extensão, observar como os homens de letras da época construíram e usufruíram dos símbolos da imortalidade e da tradição literária para conferir aos integrantes da Academia um certo prestígio social. A inserção da Academia Brasileira na capital federal representou uma série de espec-

*Pós-graduando pela FFLCH-USP

tativas distintas da Academia Francesa, como a preocupação em dar voz ao literato, valorizar o mercado de trabalho das letras e inserir o escritor na elite social carioca¹.

Em novembro de 1896, a *Gazeta de Notícias* já informa aos seus leitores a fundação de uma academia de letras, uma instituição de deveria ser protegida pelo governo federal e reunir os nomes mais relevantes das letras nacionais; seria inaugurada em 15 de novembro (homenagem ao novo regime republicano) e teria como sede provisória o Ginásio Nacional. A idéia era formar uma academia autônoma, ideologicamente neutra, já que seus membros poderiam ser das mais variadas matizes ideológicas (como alguns monarquistas). Logo após o anúncio dessa fundação, os jornais começaram a veicular uma acirrada disputa entre os favoráveis e contrários à Academia, estes últimos combatendo principalmente a idéia de se fazer uma Academia vinculada ao governo. A princípio, a fundação de uma Academia pautava-se pelo propósito de congregar os homens de letras, sem outras intenções; posteriormente, os literatos incluíram entre seus propósitos a ambição por um reconhecimento social e pela autonomia profissional: “o que antes se escondia nas entrelinhas das primeiras notícias, emergia de forma visível, evidenciando como os homens de letras do período não buscavam apenas a glória acadêmica ou títulos de destaque, mas, principalmente, uma maneira pela qual este prestígio poderia se converter em um benefício de classe”.

Analisando o contexto literário em que os homens de letras viviam, a autora lembra que no início da década de 1880 a imprensa

jornalística crescia e assumia novas proporções, abrindo aos literatos novos campos de atuação; além disso, com o crescimento da imprensa, outras possibilidades profissionais surgiam, como a publicidade. Assim, na perspectiva de se firmar uma profissão literária, o jornalismo mostrou-se o principal aliado, já que os jornais deixavam de ser pequenas empresas para se tornar empreendimentos capitalistas e veículos de comunicação de massa. Outro mercado profissional que se abria aos intelectuais era o da tradução, principalmente de folhetins e romances populares de sucesso.

Tratando de agremiações literárias surgidas antes da criação da Academia, a autora lembra que os literatos da passagem do século visavam “estabelecer um novo padrão de sociabilidade literária”, buscando, ao mesmo tempo, uma “identidade de grupo e reconhecimento social”. Para tanto, surgiram no período várias agremiações literárias, como o *Grêmio de Letras e Artes* (1887), a *Sociedade dos Homens de Letras* (1890), a *Panelinha* (1890) e o *Clube Rabelais* (1892). Todas essas agremiações não lograram êxito, sendo que apenas a Academia Brasileira de Letras, surgida anos depois, a partir das reuniões promovidas na redação da *Revista Brasileira* (na época dirigida por José Veríssimo), conseguiria vida longa: “a idéia de uma Academia não foi (...) uma atitude isolada de um grupo de literatos. Antes de tudo os projetos de criação de tal agremiação corresponderam às expectativas do contexto social, político e cultural da década de 1880 e 1890. Pertencentes a uma corporação institucionalizada socialmente, os literatos teriam a chance de adquirir tudo o que há muito haviam desejado: o

reconhecimento de uma profissão emergente, maior repercussão do discurso literário, melhores remunerações, prestígio social, facilidade na publicação de suas obras”.

Mesmo sem o apoio da governo republicano, como se desejava a princípio, a Academia foi inaugurada em julho de 1897, tendo como modelo a Academia Francesa, diferenciando-se desta, contudo, principalmente por a congênere brasileira desejar oficializar uma determinada história da nossa literatura e, assim, criar uma tradição para as nossas letras². E, também, uma tradição social, marcada pela cordialidade, pelas maneiras elegantes, pelos discursos comedidos: *“usando os mecanismos de consagração existentes nesse tempo, os homens de letras desprendiam-se dos antigos discursos exaltados e de suas maneiras espalhafatosas, inserindo-se num ambiente burguês permeado de diálogos polidos e de falas bem-comportadas. Diante das transformações sociais em curso, instaurava-se uma nova sociabilidade literária, que modificava não apenas o teor do trabalho escrito, mas também a relação destes escritores com o meio intelectual da época”*³.

Enfrentando situações financeiras diversas, a Academia se viu obrigada, nos primeiros anos de sua existência, a viver de favores, traduzidos em doações financeiras e empréstimos de locais públicos ou particulares para suas reuniões (até a doação, pelo governo francês, do *Petit Trianon*, em 1923). Desde o começo, ainda, as reuniões eram esporádicas e precárias, contexto propício a que surgisse a teoria dos expoentes, isto é, a necessidade de se fazer da Academia uma entidades que reunisse grandes personalidades da sociedade brasi-

leira (não apenas literatos), a fim de que a Academia ganhasse maior prestígio e reconhecimento social. O primeiro grande defensor dessa teoria teria sido Joaquim Nabuco, que escreveu várias cartas a Machado de Assis defendendo essa idéia e sugerindo nomes fora do circuito literário para ocupar as vagas da Academia; sua primeira vitória marcou também a entrada da primeira figura fora do meio literário na Academia, o almirante barão de Jaceguay, ilustre combatente na guerra do Paraguai. Enfim, *“com a eleição destes expoentes, os integrantes da Academia efetivaram ainda mais seus laços com a elite cultural do Rio de Janeiro. Aos poucos, seus sócios ganhavam notoriedade, aparecendo constantemente nas colunas dos jornais e fazendo com que suas realizações e eleições fossem acompanhadas pelo público com grande expectativa. Conseguiram, com isso, sobreviver ao mau tempo dos primeiros anos e criar uma base sólida para as décadas seguintes”*.

A autora lembra que o primeiro grande trabalho da Academia foi a reforma ortográfica de 1907, elaborada por Medeiros e Albuquerque, baseado na fonética de Cândido de Figueiredo; as doze regras estabelecidas pela Academia, combatidas e apoiadas, vigoraram no interior da instituição até 1915, quando, por propostas de Silva Ramos, é votado o retorno à ortografia portuguesa de 1911.

Aos poucos, a Academia começa a ganhar maior visibilidade e a agrupar nomes famosos da elite carioca, para o que contribui bastante a votação de Rui Barbosa para a presidência da Academia, após a morte de Machado de Assis. Outros fatores que contribuíram para essa maior sociabilidade da Academia foram sua intenção de se afirmar como um templo da memó-

ria nacional, cultor do passado; e a frequência de seus cerimoniais, num amplo processo de teatralização muito próxima a rituais de sociabilidade. Logicamente, todo esse processo não se realizou sem uma série de polêmicas, polêmicas acadêmicas, direcionadas principalmente para a contestação da entrada de certas figuras na instituição, como Mário de Alencar, Oswaldo Cruz, Lauro Müller e outros.

Maior polêmica, contudo, girou em torno da figura de Graça Aranha, que pronunciara, em junho de 1924, a conferência intitulada “O Espírito Moderno”, que colocava sob suspeição todo o trabalho e a própria razão de existir da Academia. Além dessa conferência, Graça Aranha propõe uma série de modificações na agremiação, as quais acabaram sendo recusadas e geraram a renúncia de Graça Aranha da cadeira da Academia. Embora essa atitude tenha dado ensejo a diversas polêmicas dentro e fora da Academia, ela não foi suficiente para alterar substancialmente o papel

da Academia e sua consideração social, fato que pode ser percebido até mesmo pela entrada de alguns modernistas de destaque na arena acadêmica. Enfim: “*menos pelo mérito dos trabalhos acadêmicos realizados e mais pela intensa preocupação em fazer desta agremiação um lugar de destaque no interior da elite social e intelectual do Brasil, a Academia tornou-se uma sólida referência para aqueles que desejavam ser reconhecidos como eminentes literatos, para além dos desatinos da modernidade*”.

Com seu trabalho, Alessandra El Far vem contribuir para mais um capítulo da história dessa tão debatida instituição literária, juntando a outros estudos já “clássicos” sobre o assunto,⁴ uma perspectiva senão nova, ao menos pouco abordada pelos estudiosos do assunto, que é justamente a dos aspectos ligados à sociabilidade que permeia todas as relações entre a literatura e nossas instituições oficiais. ■

¹ Para essa relação entre a Academia brasileira e a francesa, pode-se consultar ainda o estudo de Rena Signer, também originalmente dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo (SIGNER, Rena. *Academia Brasileira de Letras: Nacionalismo à Francesa*. São Paulo, FFLCH-USP, 1988).

² Estes propósitos já podem ser depreendidos, por exemplo, na sessão inaugural da fundação da Academia, em palestra proferida por seu presidente perpétuo, Machado de Assis, e publicada na *Revista Brasileira*, berço institucional da Academia (ASSIS, Machado. *Academia-Brasileira de Letras. Sessão Inaugural. Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, Sociedade Revista Brasileira, Tomo Décimo Terceiro, 1897, pp. 129-142).

³ Mais um trabalho acadêmico, agora tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, vem comprovar essa ritualização inerente à nossa academia de letras (CAVALIERI, Ruth Villela. *Academia de Letras: Sobrevivência, Ludismo e Ritualização*. Rio de Janeiro, PUC, 1990).

⁴ Entre eles, os de GALVÃO, Francisco. *A Academia de Letras na Intimidade*. Rio de Janeiro, A Noite, 1937; NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras. Notas e Documentos para a sua História (1896-1940)*. Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira, 1940; LIMA, Joaquim Bento Alves de. *Academia Brasileira de Letras*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1942; e LIMA NETO, Joaquim Bento Alves de Lima. *Academia Brasileira de Letras*. São Paulo, *se*, 1942.